

# **Incidente com jornalistas portugueses no Iraque. Imprudência ou espírito missionário? A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais**

Madalena Oliveira

‘Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...’

Mário de Carvalho  
in *Por dentro das Guerras* (p. 183)

Resumo: O chamado jornalismo de guerra é, desde o desenvolvimento de tecnologias que permitiram o relato de conflitos em directo, um dos tópicos mais estimulantes do debate em torno dos escolhos e dos desafios do ofício daqueles que têm por missão informar. Os riscos associados às movimentações dos jornalistas em campos de batalha são, com frequência, o fermento de notícias que enchem secções especializadas nos *media*. O baleamento de uma jornalista da SIC e o sequestro de um repórter da TSF, no Iraque, desencadearam na comunicação social portuguesa aquilo que, para efeitos desta análise, chamamos ‘jornalismo em causa própria’. Empolgado, emocionado, eventualmente parcial, este relato jornalístico, novo entre nós, permitiu a problematização de questões ligadas à preparação dos profissionais da comunicação social para o desempenho de funções em circunstâncias adversas à livre movimentação.

## **Introdução**

Dizem os clássicos manuais de jornalismo que o jornalista nunca é notícia. O princípio condiz bem com a concepção do jornalismo como um observador ou supervisor dos poderes constituintes (legislativo, executivo e judicial), mas é alheio ao eminente poder dos próprios jornalistas. Na verdade, como justamente sustentava, no final de Novembro de 2003, um editorial do *Diário de Notícias*, ‘existem situações excepcionais que o [ao jornalista] tornam objecto

da sua própria missão<sup>1</sup>. Situações porventura tão excepcionais como a guerra em que os jornalistas são, na opinião de Mário de Carvalho, 'sempre a parte mais vulnerável'. Estranhos em terreno inseguro, ambiciosos por ofício e ávidos da notícia por obrigação, os jornalistas são, segundo muitos repórteres de guerra, uma presa fácil do acaso e da contingência de qualquer conflito.

O episódio de nove jornalistas portugueses no Iraque, precisamente em Novembro de 2003, é uma fiel ilustração do que pode acontecer quando o jornalista se torna, ele próprio, protagonista da notícia. Durante pelo menos quatro dias, Portugal inteiro, poderíamos dizer sem incorrer em exagerações, vibrou com o risco e os perigos que enfrentaram os seus jornalistas, num dos palcos mais sangrentos da actualidade. Durante pelo menos quatro dias, do Iraque ouviu-se apenas o tormento de três dos nove repórteres envolvidos no incidente. A guerra passou a ser outra, naqueles dias. Foi a guerra que Maria João Ruela travava com os ferimentos da bala que a atingiu e a guerra de Carlos Raleiras, durante as 36 horas do seu sequestro.

Noticiado com todo o fervor, o incidente, certamente um dos mais mediáticos de sempre na história do jornalismo português em conflitos armados, tolheu os jornalistas num dos mais invulgares embaraços: o de serem, eles próprios, notícia e centro das atenções uns dos outros. O efeito parece ter sido único entre os jornalistas portugueses, resultando numa espécie de jornalismo em causa própria, um fenómeno que surpreendeu público e críticos dos *media*.

## **'O dia em que os jornalistas foram notícia'<sup>2</sup>**

Apesar de, entre Fevereiro e Abril de 2003, vários jornalistas terem estado no Iraque, por ocasião da cobertura da II Guerra do Golfo, em grupo voltam lá apenas em Novembro, a convite do contingente da GNR, enviado pelo Governo português para o Iraque. Os jornalistas viajam com os militares, no dia 13 de Novembro, do Aeroporto de Figo Maduro até ao Kuwait, e só até ao Kuwait. Assim ditam as instruções que pelo menos alguns dizem conhecer desde a altura em que foram destacados pelos respectivos órgãos de comunicação social para aquele serviço. No Kuwait, os GNR seguiriam então para Bassorá<sup>3</sup>, por via terrestre, não podendo levar consigo os jornalistas. Alguns protestam e dizem mais tarde que não tinham sido informados desta restrição. Outros, porém, garantem saber exactamente em que condições podiam viajar

<sup>1</sup> 'A missão de informar', editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Novembro de 2003.

<sup>2</sup> Toma-se aqui de empréstimo as palavras do título de um trabalho de reportagem de Sofia Lorena, a enviada especial do jornal *Público* ao Iraque, sobre o assalto de que o grupo de nove jornalistas foi vítima - jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>3</sup> Embora com destino a Nassiryah, a guarda militar portuguesa teve que aguardar no aquartelamento britânico de Bassorá pela criação de condições para seguir até ao destino final, por causa de alterações à estrutura de força provocadas pelo atentado que dias antes tinha matado quase duas dezenas de militares italianos.

com a guarda militar, pelo que já teriam partido de Portugal com a noção de que estariam por sua conta e risco a partir do Kuwait.

Por isso, em grupo, os jornalistas organizam-se, alugam carros, que as vezes mais críticas disseram ser bons demais e, portanto, inadequados para entrar no Iraque, e arriscam-se à fronteira. São, no entanto, impossibilitados de atravessar para aquele país, pelo que voltam para trás. No dia seguinte, repetindo o trajecto, entram finalmente em território iraquiano, ao final da manhã. Porém, poucos quilómetros depois da fronteira, são perseguidos por um grupo de assaltantes armados. Começa, aqui, uma perseguição cujos *croquis* foram extenuantemente exibidos pelas estações de televisão portuguesa. Dois dos jipes, onde seguiam as equipas da RTP, TVI, *Público* e *Rádio Renascença* conseguem escapar, mas o jipe onde seguiam os repórteres da SIC e da TSF é barrado. Os assaltantes disparam e atingem Maria João Ruela. Rendidos, os jornalistas param e entregam-se aos assaltantes que abandonam a jornalista e o repórter de imagem da SIC na estrada e levam sequestrado o repórter Carlos Raleiras. Depois de dado o alarme em Portugal<sup>4</sup>, seguem-se os esforços do Governo português e das autoridades britânicas que, em articulação com a TSF e a PT/Lusomundo, tentam negociar a libertação do jornalista. Os raptos exigem o pagamento de um resgate no valor de 50 mil dólares americanos<sup>5</sup>. Sem que seja claro se houve ou não o pagamento do resgate solicitado, ao fim da tarde do dia 15, depois de 36 horas de cativo, o jornalista é finalmente libertado<sup>6</sup>. Entretanto, Maria João Ruela, assistida num hospital militar britânico, recebe os cuidados urgentes aos ferimentos da bala e acaba por ser transportada por um avião fretado pelo INEM de regresso a Portugal, três dias depois do episódio. Os repórteres dos outros órgãos de comunicação social, que escaparam ilesos da perseguição e do assalto, passam os dias que se seguem a falar das circunstâncias do assalto e repetem com Carlos Raleiras as peripécias do repórter, refém de ladrões 'Ali Babás'<sup>7</sup>. É assim invertida a lógica do seu trabalho no terreno, quase deixando de se ouvir em Portugal informação sobre o conflito em curso no território iraquiano.

Do incidente e da persistência das restrições impostas pelos militares portugueses relativamente à questão da segurança dos jornalistas decorre finalmente a definição de uma nova (ainda que não inovadora) estratégia de cobertura noticiosa: o sistema de *pools*<sup>8</sup>. Fazendo face à garantia de protecção de ape-

<sup>4</sup> Em Portugal, a notícia foi conhecida apenas por volta das 12 horas, quase quatro horas depois de a TSF ter sido informada do sucedido. Por embargo solidário, todos os órgãos de comunicação social portugueses respeitaram a dificuldade da TSF em contactar a esposa de Carlos Raleiras, não tendo avançado com a notícia antes de a estação de rádio prevenir a família do repórter acerca do rapto.

<sup>5</sup> 'Carlos Raleiras: Um desaparecido que «vale» 50 mil dólares' - jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>6</sup> '«OK, estás livre, podes ir para o Kuwait»' - jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003.

<sup>7</sup> 'História de um refém de Ladrões «Ali Babás»' - jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003.

<sup>8</sup> Um trabalho publicado no jornal *Público* de 1 de Dezembro de 2003, sob o título 'As *pools* em diferentes conflitos', explicava: 'o sistema de *pools* tornou-se relativamente comum na cobertura jornalística de diversos

nas quatro ou cinco jornalistas, a criação de uma *pool* no Iraque torna-se a condição de permanência naquele território. No entanto, assegurado inicialmente por uma equipa da TVI, o sistema de repórteres *embedded* não dura muito, sendo interrompido no dia 4 de Dezembro, na sequência do conselho dos GNR aos jornalistas para abandonarem o país, por não haver mais condições de garantir a segurança de qualquer profissional.

## **A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais**

Na primeira edição do programa 'Clube de Jornalistas' da 2., Augusto Santos Silva dizia que 'um dos elementos da surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise tem a ver com o facto de ter feito parte da sua cultura profissional acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica'<sup>9</sup>. Não sendo certo que se referisse exactamente ao incidente dos jornalistas portugueses no Iraque dois meses antes, a verdade é que o sociólogo se referia assim ao, cada vez mais frequente, processo de auto-avaliação dos jornalistas nas próprias páginas dos jornais. Não sendo imunes ao olhar escrutinador da opinião pública, os jornalistas, em especial os chamados repórteres de guerra, estiveram debaixo de olho de críticos e analistas do desempenho da comunicação social por referência inevitável ao assalto sofrido no Iraque.

Pouco habituados a ser notícia, os jornalistas foram confrontados com a excepcional situação de se tornarem objecto da sua própria missão. Não sendo, porém, a primeira vez que os jornalistas se fizeram objecto do seu próprio trabalho, o incidente no palco de guerra atestou a certeza de Mário de Carvalho, repórter experimentado em trinta anos de cobertura de conflitos para a cadeia de televisão norte-americana CBS: 'Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...' (Carvalho, 2003:183).

A notícia encheu primeiras páginas, esgotou tempos de antena e expôs os jornalistas a sentenças da mais variada ordem. Excomungados por uns por terem ousado entrar no Iraque à revelia de todas as recomendações em contrário, pela imprudência e falta de experiência de que foram acusados, tornados heróis por outros, para quem, pelo dever de informar, desafiaram limites num gesto quase altruísta, os jornalistas sofreram a humilhação da inversão de papéis. Foram acusados de amadorismo, de falta de profissionalização, de excessiva ousadia, de inadvertência em decisões de alto risco, em que pode

conflitos armados das últimas décadas'. O mesmo artigo esclarecia ainda que o sistema 'tem sido visto nos meios jornalísticos mais como uma forma de controlar o acesso à informação do que – como agora acontece com os jornalistas portugueses no Iraque – um meio de garantir a protecção dos profissionais de informação ou expediente voluntário para reduzir custos'.

<sup>9</sup> Intervenção no programa 'Clube de Jornalistas' da 2: – edição de 11 de Janeiro de 2004.

estar em causa a diferença entre a vida e a morte. Criticados por companheiros de ofício que consideraram que a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida, os jornalistas envolvidos no incidente foram acusados de querer 'sol na eira e... chuva no nabal'. Num artigo assim intitulado, Joaquim Fidalgo dizia, na sua coluna semanal no jornal *Público* de 26 de Novembro de 2003, que 'não se pode querer ao mesmo tempo sol na eira e chuva no nabal; ou seja, não se pode reclamar a máxima protecção das forças militares e policiais e, simultaneamente, uma completa e absoluta liberdade de movimentos'.

O dia em que os jornalistas foram notícia foi o dia da maior solidariedade de alguns, mas também o dia da mais humilhante reprovação de outros. O episódio que abriu telejornais e interrompeu emissões de rádio foi, para José Manuel Fernandes, a ilustração dos 'riscos desta profissão'<sup>10</sup>. Nestes momentos, considerou o director do *Público*, 'estamos entregues a nós próprios, à nossa avaliação da situação, à capacidade de saber até onde se pode ir ou onde se deve parar'.

Mais uma vez vítima das críticas mais severas, a televisão foi alvo de desonrosas reprovações. Na habitual análise ao alinhamento dos telejornais das três estações de televisão, o *Diário de Notícias* sublinhava o exagero cometido na emissão de mais de metade dos serviços informativos da noite exclusivamente sobre o incidente dos jornalistas portugueses no Iraque<sup>11</sup>. Também Eduardo Cintra Torres assinalou que 'durante quatro dias os jornalistas falaram apenas dos jornalistas'<sup>12</sup>. Qualificando a cobertura do episódio como o 'pior jornalismo que se pode prestar ao país', o crítico de televisão considerou o tratamento jornalístico do incidente como 'desinformador pelo excesso de enfoque e de emoção nos assaltados'. Relativamente à cobertura jornalística do incidente com os jornalistas, Estrela Serrano, à altura do episódio Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* concluía que, apesar de ser admissível o olhar lançado pelos *media* ao sucedido, se deveria discutir o enfoque e dimensão conferidos às notícias. Na opinião da ex-provedora, o assalto seria notícia em qualquer país, mas importaria considerar 'a ausência de matéria informativa, substituída (...) pelo relato das «peripécias» que envolveram a chegada dos jornalistas e dos militares da GNR'<sup>13</sup>.

No entanto, não só de uma análise ao tipo de cobertura que os *media* emprenderam do incidente se fizeram as práticas metajornalísticas, ou seja, os enunciados produzidos nos jornais em torno do desempenho dos jornalistas. Na verdade, uma boa parte das críticas foi dirigida aos próprios jornalistas envol-

<sup>10</sup> 'Duas notas', José Manuel Fernandes, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>11</sup> 'O mundo são os jornalistas', in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>12</sup> 'Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista', Eduardo Cintra Torres, in jornal *Público* de 24 de Novembro de 2003.

<sup>13</sup> 'Os nossos jornalistas no Iraque', Estrela Serrano, coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2003.

vidos no assalto, tendo sido questionado o *modus operandi* dos profissionais especialmente enviados ao local, mas também das próprias empresas responsáveis pelos jornalistas. E se é verdade que a opinião de editores e directores de informação glorificou, por assim dizer, a missão de informar e a coragem dos jornalistas para enfrentar os riscos do ofício, também é verdade que, por outro lado, outros jornalistas (alguns repórteres especializados em situações de conflito) e críticos sem responsabilidades directivas criticaram sobretudo o amadorismo e a falta de profissionalização e de cálculo de risco.

Sublinhando permanentemente a qualidade de vítimas dos jornalistas em causa, directores e editores pronunciaram-se sobretudo de modo a desculpabilizar os profissionais envolvidos. Em editorial, a direcção do jornal *Diário de Notícias* chegava a admitir que 'o problema dos jornalistas molestados no Iraque foi estarem à hora errada no lugar errado'<sup>14</sup>. Para além disso, contra-argumentando as críticas relativas às garantias de segurança, o mesmo editorial lamentava a impossibilidade de 'garantir a segurança absoluta numa zona de alto risco como é hoje o território do Iraque'. Considerando que toda a segurança é importante, a direcção daquele jornal admitia que 'nunca é suficiente para quem tem, por dever e imposição pessoal, a missão de informar'. Um pouco mais contido, o director do jornal *Público* dizia, no mesmo dia, que 'o drama dos (...) colegas que foram vítimas de um assalto armado ilustra bem os riscos desta profissão, sobretudo quando se trabalha numa zona tão perigosa como o Iraque'<sup>15</sup>.

Não parecendo tolerar a ideia de vitimização, Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni de Carvalho consideraram que 'o caso dos jornalistas portugueses alvo de sequestro, baleamento e perseguição deve constituir um marco de aprendizagem e exigência de meios adequados'<sup>16</sup>. Carlos Fino em particular admitia, neste trabalho de reportagem de Eduarda Ferreira, ter-se questionado sobre 'até que ponto vale a pena arriscar a vida por uma notícia'. Além disso, apontava a 'avaliação, precaução e exigência de condições' como critérios fundamentais de preparação de um trabalho em cenário de guerra.

Por seu lado, Marcelo Rebelo de Sousa, comentando o incidente no telejornal da TVI na noite do domingo a seguir ao assalto, referia-se a um 'amadorismo de parte a parte'. Censurando a imprudência dos repórteres, o comentador dizia não fazer sentido que os jornalistas tivessem 'entrado ao acaso no Iraque, alguns deles sem visto'. Para o Professor de Direito, tratou-se 'de uma maneira muito portuguesa de estar na vida: «Se Deus quiser eu entro e não acontece nada...»'<sup>17</sup> Ora, de impreparação falou também Luís Costa, quando procurava entender uma certa vitimização desajustada. Na sua opinião, para além

<sup>14</sup> 'A missão de informar', editorial do jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>15</sup> 'Duas notas', José Manuel Fernandes, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

<sup>16</sup> 'Sem redoma na guerra', Eduarda Ferreira, in *Jornal de Notícias* de 16 de Novembro de 2003.

<sup>17</sup> Marcelo Rebelo de Sousa, comentário no 'Jornal Nacional' da TVI, no dia 16 de Novembro de 2003.

da falta de preparação, os ‘jovens e desamparados jornalistas portugueses’ foram também vítimas ‘dos descuidos e do voluntarismo inadmissíveis dos respectivos órgãos de comunicação social e dos responsáveis político-militares portugueses’<sup>18</sup>. Por seu lado, considerando que deve evitar-se que os jornalistas sejam motivo da reportagem, Mário Rui de Carvalho considerou, também ele nas páginas do jornal *Público*, que o Sindicato dos Jornalistas e os responsáveis de todas as empresas de comunicação social devem ‘implementar um sistema de cursos regulares e intensivos, que assegurem a formação necessária para se fazer frente aos perigos e ao caos’ com que os repórteres se confrontam na cobertura das guerras. Advertindo para a necessidade de investir na preparação dos jornalistas, Mário de Carvalho acautelou que ‘os jornalistas portugueses devem ser treinados não na arte da guerra mas sim na arte de seguir a guerra’<sup>19</sup>.

Multiplicadas em colunas de opinião, as vozes contra e a favor dos procedimentos assumidos geraram uma discussão imparável em torno da aventura da informação. O que aconteceu? Como? Porquê? As perguntas esgotaram o esforço de encontrar resposta para a crise momentânea que avassalou o jornalismo português, permitindo, por outro lado, questionar as circunstâncias e as condições de segurança do exercício do jornalismo em situação de conflito.

## **Das missões impossíveis às emissões possíveis**

O assalto, sequestro e baleamento dos jornalistas portugueses no Iraque provou que, ao contrário do que diria Serge Halimi, em *Os Novos Cães de Guarda*, as perguntas que habitualmente norteiam a pirâmide informativa – Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? – são cada vez mais colocadas ‘quando se trata de informar sobre... a informação’ (Halimi, 1998:8). O exercício foi por demais evidente no contexto deste episódio decorrente da actividade dos jornalistas, tendo suscitado a problematização da profissão e dos seus riscos. A análise destas práticas, a que chamamos metajornalísticas por serem, de algum modo, uma espécie de jornalismo sobre jornalismo, resulta num elenco de questões levantadas ao exercício de uma das profissões mais controversas. Na verdade, enunciado por críticos, provedores dos leitores, repórteres e, nalguns casos, por leitores, ouvintes e telespectadores, em fóruns de opinião (casos especiais da SIC Notícias e da TSF) ou em páginas consagradas à expressão de opinião, este discurso avaliativo da prática dos jornalistas retoma problemáticas, em certa medida, tão antigas quanto a cobertura noticiosa de situações de conflito e levanta outras, porventura, novas, pelo menos no contexto por-

<sup>18</sup> ‘Repórteres de guerra’, Luís Costa, in jornal *Público* de 20 de Novembro de 2003.

<sup>19</sup> ‘Parem lá com isso!’, Mário de Carvalho, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.

tuguês. Por outro lado, no sentido em que discute a legitimidade dos procedimentos adoptados, o discurso mediático acerca dos próprios *media* e dos seus profissionais revela ser uma espécie de instância reguladora da profissão.

Estrutura escrutinadora por excelência, a prática metajornalística desempenhou, no caso em análise, o papel de discutir os contornos do trabalho desenvolvido por profissionais da informação, interrogando não só a alegada impossibilidade da missão de informar, como também a validade daquilo que alguns chamam em circunstâncias similares 'a reportagem possível'. Nas páginas que se seguem, consideramos as questões esboçadas no decurso do debate instaurado durante o trabalho dos jornalistas portugueses, junto da guarda militar portuguesa no Iraque.

## **Segurança e liberdade**

Uma das questões fundamentalmente discutidas nos debates televisivos (em especial, senão mesmo exclusivamente, na SIC Notícias), que se seguiram às horas de aflição dos jornalistas no Iraque, foi precisamente a da relação entre as condições de segurança e a garantia de liberdade de acção dos jornalistas, em territórios de guerra. De facto, como sublinhou Joaquim Fidalgo no jornal *Público* de 26 de Novembro de 2003, a protecção de forças militares e a absoluta liberdade de movimentos são, por natureza, incompatíveis. De acordo com o ex-Provedor dos Leitores daquele jornal, 'se se opta por esta total liberdade (mesmo pelos melhores motivos de «não fazer a informação esperar»), não fica bem, depois, vir acusar as forças de segurança de não terem «segurado». Ou exigir-lhes que paguem as consequências'.

Apesar de a legislação de imprensa e o próprio Estatuto do Jornalista previrem a total liberdade de acção dos jornalistas, consignada aliás no preceito de liberdade de expressão e de imprensa, o certo é que, em situações excepcionais como os conflitos armados, não raras vezes, os jornalistas ficam condicionados à disponibilidade de forças de segurança que garantem as suas condições de permanência, em territórios de alto risco. Omissos quanto à obrigatoriedade e ao tipo de protecção devidos aos jornalistas, neste tipo de circunstâncias, os códigos de conduta e os próprios manuais de jornalismo não são muito férteis na discussão sobre a articulação entre as condições mínimas de trabalho (neste caso, de segurança) e as exigências máximas de prestação do serviço (a liberdade absoluta de movimentos, contactos e recolha de informação).

A questão da relação entre segurança ou protecção e liberdade esbarra naturalmente com o ideal de independência, sendo certo que, como atalhou Joaquim Fidalgo, 'ser independente muitas vezes não é fácil – nem barato. É mais simples apanhar umas boleias da tropa, beneficiando assim da sua protecção,

mesmo à custa de uma menor mobilidade ou de um estreitamento do raio de acção no terreno'. Sendo válida para outras circunstâncias de semelhante amplitude, nomeadamente para o contexto de outros palcos de guerra ou de risco físico dos jornalistas, a questão da independência, entendida como fulcral para o exercício pleno do jornalismo, permanece constantemente aberta às vivências partilhadas por repórteres experientes, nomeadamente em livros de relatos na primeira pessoa, como os que, por exemplo, Manuel Acácio (*Timor – Peregrinos da Liberdade*), Mário de Carvalho (*Por dentro das Guerras*), Carlos Fino (*Guerra em Directo*) e Carlos Raleiras (*36 Horas de Emissão Impossível*) editaram, reportando-se à experiência pessoal em cenários de guerra.

### **Embedment e neutralidade**

No epílogo da confirmada insegurança dos jornalistas portugueses no Iraque e da anunciada garantia de protecção a apenas quatro ou cinco profissionais, um novo aspecto ganhou corpo nas observações de comentadores: o sistema de *pools* e os repórteres *embedded*. A história das *pools*, como estratégia de cobertura mediática de acontecimentos em situações de conflito, está, habitualmente, ligada à ideia de uma espécie de censura ou, no mínimo, controlo da informação difundida, ainda que sob a capa de alegada ausência de condições de segurança para o trabalho dos repórteres em campo. Embora, no caso português, a informação resultasse da recolha feita pelos próprios jornalistas e não exclusivamente de comunicados oficiais e material cedido uniformemente por elementos das tropas no terreno, o facto de estar implícita a 'incorporação' dos repórteres na rotina dos militares não passou despercebida aos olhos críticos. O sistema de *pools* compromete ou não a neutralidade dos jornalistas? Mário Rui de Carvalho assegurava, no jornal *Público*, no mesmo artigo em que sugeria precisamente a criação de 'uma *pool* em sistema de rotatividade' que 'estar integrado, estar *embedded*, numa unidade militar ou policial não tem nada de sinistro no que respeita à desejada neutralidade dos jornalistas, como alguns gostam de insinuar'<sup>20</sup>. Alertando, porém, para o facto de o sistema obrigar ao cumprimento de regras, o repórter garantia que de modo nenhum a imparcialidade dos jornalistas é perturbada ou afectada.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> 'Parem lá com isso!', Mário de Carvalho, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.

<sup>21</sup> Mário de Carvalho reporta-se, neste texto, a algumas das regras que teve que observar no Iraque; onde trabalhou 'incorporado' no exército norte-americano: 'não divulgar notícias, fotos ou imagens de soldados mortos ou feridos antes que as autoridades tivessem tido tempo de informar previamente as respectivas famílias; e, por questões de segurança (...) não divulgar a posição das tropas durante operações de natureza militar'.

## **Preparação pessoal para enfrentar os desafios de situações de risco**

Absolutamente criticada por quase todos os comentadores não jornalistas, ou pelo menos, sem responsabilidades editoriais, a impreparação pessoal dos repórteres para se movimentarem em territórios de conflitos armados foi um dos temas centrais da análise do incidente no Iraque. Tendo em conta a sua validade para quaisquer outros conflitos, a questão parecia reunir consenso em torno da constatação da necessidade de passarem a fazer parte da formação dos jornalistas conteúdos relativos a segurança pessoal e a treino de movimentação em terrenos de risco. Menos consensual, porém, terá sido a questão da responsabilização das empresas de comunicação social relativamente aos seus enviados especiais. Deverão os responsáveis dos órgãos assumir, de igual modo, a responsabilidade pela preparação dos seus repórteres? Embora não tendo sido definida uma resposta efectiva, o certo é que o grupo PT/Lusomundo, detentor dos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* e da rádio TSF, agendou para os meses que se seguiram ao incidente um curso de formação para um grupo de jornalistas, com vista à sua preparação para trabalhos em terrenos de risco.

### **Jornalismo em causa própria**

Há pelo menos uma década, os jornais de âmbito nacional consagraram secções especializadas em *media*. Desde esse momento, passaram a fazer parte da actualidade, de forma regular e sistemática, notícias sobre o jornalismo e os jornalistas. Não foram, por isso, novidade as páginas que se escreveram sobre o incidente. No entanto, pela primeira vez, uma casualidade afectou tão directamente, em situação absolutamente excepcional, um grupo de jornalistas portugueses. Pela primeira vez, o tipo de notícias habitualmente remetidas para a secção especializada foi mais do que uma notícia de agência, tocando em particular o jornalismo nacional. Neste contexto, uma das questões legítimas da abordagem ao tipo de cobertura empreendido prende-se com um tópico equacionado por Estrela Serrano: o de saber qual a medida certa para o enfoque e a dimensão conferidos à notícia, quando se está perante uma espécie de jornalismo em causa própria.

Dizíamos, na introdução deste capítulo, que, de acordo com os manuais clássicos de jornalismo, os jornalistas não são, por norma, notícia. No entanto, a excepcionalidade de determinadas situações confere-lhes o privilégio do desvio da regra. Provando que os bastidores e as circunstâncias de produção da informação também são matéria de interesse público, o incidente no Iraque confirma a tese de que os jornalistas reconhecem ao público o direito de avaliar por si próprio o desempenho dos profissionais da informação, tendo

por base o conhecimento do seu *modus operandi*. Ainda assim, estarão sempre subjacentes a esta abertura críticas relativas ao fomento do espectáculo mediático pela exibição de pormenores e pelos relatos emocionados de peripécias com traços de heroísmo.

### **Positivamente disponível para morrer**

A palavra *risco* é, sem dúvida, a de maior recurso sempre que se fala de jornalismo em contexto de guerra. Embora muitos tenham sido os que justificaram o incidente como obra do acaso e não como fruto dos perigos iminentes de um país em guerra<sup>22</sup>, o certo é que está sempre implícito, no trabalho de enviados especiais a cenários de guerra, a ideia ou a consciência de alto risco. Alvos fáceis ou não, o certo é que, pela avidez de notícia com que partem para locais de reportagem de absoluta ameaça à segurança, os jornalistas são sempre associados a um ofício considerado, ele próprio, de alto risco.

O número crescente de notícias de assassinatos, mortes acidentais e de raptos, maus-tratos e violações a jornalistas em contextos de combate militar impulsionou o debate em torno dos limites à chamada missão de informar. Carlos Fino, que relatou na primeira pessoa, no livro *Guerra em Directo*, inúmeras situações tangentes ao perigo, interrogava-se, a propósito do infortúnio de Carlos Raleiras e Maria João Ruela no Iraque, acerca do limite para arriscar a vida por uma notícia. Deve uma notícia ser alcançada a qualquer preço, independentemente das ameaças que significa para o jornalista? Os mais ousados dirão que sim, os mais experientes acautelam a necessidade de ponderação e bom senso. Os manuais não formulam técnicas capazes de responder com a enunciação de um princípio balizador da actividade, o que, só por si, reforça a pertinência dos exercícios metajornalísticos na reflexão sobre os desígnios da actividade de informar.

### **Os jornalistas são trabalhadores diferentes?**

Ainda que, por dever constitucionalmente determinado, compita ao Estado português o auxílio aos seus cidadãos no estrangeiro, o apoio prestado a Maria João Ruela, sobretudo no que concerne ao seu transporte de regresso a Portugal, não foi consensualmente aprovado. Na verdade, o facto de o Governo português se ter prestado a fretar um avião do INEM para assegurar o transporte da repórter do Kuwait para o Aeroporto de Figo Maduro valeu, especialmente por parte de leitores e telespectadores, sérias interrogações aos

<sup>22</sup> O próprio Carlos Raleiras afirma, no seu livro *36 Horas de Emissão Impossível* que o problema do grupo de jornalistas portugueses no Iraque foi terem estado à hora errada no local errado.

privilégios concedidos. Uma leitora, cuja indignação o jornal *Público* publicou na secção 'Cartas ao Director' da edição de 18 de Novembro de 2003, perguntava mesmo se o tratamento dado à repórter da SIC seria igual para todos. Contestando o facto de o repatriamento da jornalista ter sido pago pelo Governo português, nas suas palavras, 'pago por todos nós, contribuintes', esta leitora sugeria que fosse a SIC, empresa privada, a assumir os custos. Do mesmo modo, manteve-se durante os dias de desassossego a dúvida acerca do pagamento ou não do resgate de Carlos Raleiras e, em caso de se ter cumprido a exigência dos raptos, quem teria disponibilizado a quantia reclamada. O governo português? A PT/Lusomundo? Algumas notícias posteriores negavam o pagamento do resgate e afirmavam que a factura do INEM tinha sido paga pela SIC. O que, a confirmar-se, não dissipa as dúvidas levantadas sobre o carácter excepcional que, pelo menos aparentemente, os jornalistas tiveram ou têm perante a diplomacia portuguesa.

Pretexto para discutir, em termos gerais, aquilo que se convencionou chamar de jornalismo de guerra, as desventuras dos jornalistas portugueses no Iraque e o tratamento informativo do incidente pelos *media* portugueses tiveram o mérito de alertar para a necessidade de debater com o público os procedimentos e as condições inerentes à prática jornalística. Para além do imperativo de desvendar a verdade das guerras, ficou claro para os jornalistas que o reconhecimento do trabalho que empreendem depende, em larga escala, da capacidade que tiverem de, na ausência de uma entidade efectivamente reguladora da actividade, se prestarem à contínua e transparente avaliação das suas condutas.

## Cronologia

- 03.2003 José Manuel Rosendo (Antena 1) e Alfredo Leite (*JN*) são detidos na Turquia na sequência de uma reportagem feita numa aldeia curda. – Uma equipa da RTP é detida pela polícia militar norte-americana sob a acusação de espionagem.
- 12.11.2003 Os jornalistas Alfredo Cunha e Domingos Andrade (*JN*) e José Miguel Rosendo (Antena 1) assistem ao ataque a uma instalação em Nassiryah que vitima 14 militares italianos.
- 13.11.2003 José Manuel Rosendo (Antena 1) é assaltado por um grupo armado na estrada que liga Nassiryah a Bassorá. O jornalista sai ileso, mas os assaltantes levam-lhe a bagagem, o equipamento e o jipe. – Nove jornalistas portugueses são convidados a acompanhar a viagem do contingente da GNR do Aeroporto de Figo Maduro até ao Kuwait. Impossibilitados de seguirem até Bassorá com os militares portugueses, os jornalistas tentam entrar por conta e risco próprios no Iraque. Fracassada a primeira tentativa, preparam de novo a viagem para pas-

sar a fronteira. Maria João Ruela conta em directo para a SIC como decorrem os preparativos e quais são os planos para o dia seguinte.

- 14.11.2003 O grupo de nove jornalistas portugueses atravessa a fronteira entre o Kuwait e o Iraque, mas é assaltado poucos quilómetros depois. Dois jipes (onde seguiam nomeadamente os repórteres da TVI e da RTP) conseguem escapar do assalto, mas Maria João Ruela (SIC) é baleada e abandonada com Rui do Ó. Carlos Raleiras (TSF) é raptado. Os raptadores pedem um resgate de 50 mil dólares americanos. – Autoridades portuguesas e britânicas negociam com os raptadores a libertação do jornalista. O presidente da Lusomundo Media mostra-se disponível para pagar o resgate. – O governo português afasta responsabilidades no incidente dos jornalistas portugueses no Iraque, uma vez que não terá havido garantias de segurança para a permanência dos jornalistas no território iraquiano.
- 15.11.2003 A jornalista Sofia Lorena, enviada do *Público* ao Iraque, admite que os militares não aconselharam que os jornalistas seguissem sozinhos, até porque os jornalistas britânicos nunca entram sozinhos. – Os restantes jornalistas destacados no Iraque prosseguem os trabalhos alojados em dois grupos: um num quartel britânico, o outro num hotel em Bassorá. Grande impasse a propósito das condições de instalação dos jornalistas. – Carlos Raleiras é libertado e garante querer continuar no Iraque a cumprir a sua tarefa. – Maria João Ruela conta por telefone, do hospital das forças militares britânicas onde é assistida, o que lhe aconteceu e como se sente.
- 16.11.2003 De acordo com o *JN*, os jornalistas portugueses permanecem no Iraque ‘votados ao mais completo abandono’. Enquanto isso, alguns jornalistas negociam os seus vistos para voltar ao Kuwait, por considerarem a situação iraquiana muito perigosa. – Interrogados pelo *JN*, os repórteres Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni Carvalho dizem que o incidente dos jornalistas portugueses deve ser tomado como exemplo da inexperiência para acautelar imprevistos. Para os repórteres, a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida.
- 17.11.2003 João Pedro Fonseca, jornalista do *DN*, defende que na situação vivida pelos jornalistas portugueses no Iraque só há uma solução: correr o risco.
- 19.11.2003 O PS apresenta um requerimento à AR em que questiona o Governo sobre as circunstâncias em que os jornalistas viajaram até ao Kuwait.
- 20.11.2002 Explosão no *Hotel Palestina*, onde estão alojados os jornalistas.
- 22.11.2003 Os directores de informação dos três canais televisivos portugueses decidem criar uma *pool* no Iraque, para fazer face à imposição de apenas quatro jornalistas com protecção.

05.12.2003 A equipa da TVI, seleccionada como a primeira de entre as que vão revezar-se na *pool* do Iraque, regressa a Lisboa, por falta de protecção da GNR.

## Referências bibliográficas

- ACÁCIO, Manuel – *Timor: Peregrinos da liberdade* – Lisboa, Notícias Editorial: 2003.  
BERNIER, Marc-François – *Les Planqués – Le journalisme victime des journalistes* – Québec, VLB Éditeur: 1995.  
CARVALHO, Mário e COSTA, Luís – *Por dentro das Guerras* – Lisboa, Prime Books: 2003.  
FINO, Carlos – *A Guerra em Directo* – Lisboa, Verbo: 2003.  
HALIMI, Serge – *Os Novos Cães de Guarda* – Oeiras, Celta: 1998.

## Referências da comunicação social (Imprensa e TV)

- ‘A missão de informar’, editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Novembro de 2003.  
‘O dia em que os jornalistas foram notícia’, in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.  
‘Carlos Raleiras: Um desaparecido que «vale» 50 mil dólares’, in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.  
‘«OK, estás livre, podes ir para o Kuwait»’, in jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003.  
‘História de um refém de Ladrões «Ali Babás»’, in jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003.  
Fernandes, José Manuel (2003) ‘Duas notas’, editorial do jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.  
‘O mundo são os jornalistas’, in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.  
Torres, Eduardo Cintra (2003) ‘Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista’, in jornal *Público* de 24 de Novembro de 2003.  
Serrano, Estrela (2003) ‘Os nossos jornalistas no Iraque’, coluna da Provedora dos Leitores do *Diário de Notícias* de 1 de Dezembro de 2003.  
Ferreira, Eduarda (2003) ‘Sem redoma na guerra’, in *Jornal de Notícias* de 16 de Novembro de 2003.  
Costa, Luís (2003) ‘Repórteres de guerra’, in jornal *Público* de 20 de Novembro de 2003.  
Carvalho, Mário de (2003) ‘Parem lá com isso!’, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003.  
Programa ‘Clube de Jornalistas’ da 2: – edição de 11 de Janeiro de 2004.  
‘Jornal Nacional’, da TVI – edição de 20 de Novembro de 2003.